

Ciência Atual

Revista Científica
Multidisciplinar das
Faculdades São José

2015

Volume 6 | Nº2



FACULDADES
SÃO JOSÉ

ISSN 2317-1499

Manoel Gonçalves Rodrigues

Faculdades São José (FSJ), Rio de Janeiro, Brasil

Fernando José Pereida da Costa

Universidade de Santiago de Compostela (USC), Espanha

RESUMO

Em razão das profundas transformações econômicas, produtivas, tecnológicas, geopolíticas, e político-institucionais que vêm ocorrendo desde os últimos 20/30 anos do século XX, o entorno no qual se inserem e com o qual interagem as organizações técnico-empresariais está se tornando cada vez mais complexo, e incerto, o que faz da Qualidade Total, e da Gestão da Qualidade Total, um importante referencial para as mesmas, quer a nível do seu posicionamento quer também em termos de seus objetivos quer ainda face ao seu melhor utilização de instrumentos mais sofisticados de gestão, para enfrentar a turbulência intrínseca à envolvente das organizações técnico-empresariais.

Palavras-Chave: Qualidade. Paradigmas, Sistema Ambiental.

ABSTRACT

Because of the profound economic, productive, technological, geopolitical, and that political and institutional been occurring since the last 20-30 years of the twentieth century, the environment in which they operate and with which they interact the technical and business organizations is becoming increasingly complex, and uncertain, which makes Total Quality, and Total Quality Management, an important reference for them, both in terms of its positioning also in terms of their goals still want face to its best use of more sophisticated management tools in other to address the intrinsic turbulence the envelope of the technical and business organizations.

Keywords: Quality. Paradigms, Environmental System.

INTRODUÇÃO

Inúmeras foram as transformações verificadas nas duas/três últimas décadas, que vão desde as profundas modificações ocorridas a nível da economia mundial, com a denominada globalização e segundo registram Pereira da Costa & Rodrigues (1993, p. 11), passando por alterações a nível das estruturas de funcionamento, das características mercadológicas, geográfico-produtivas e geopolítico-estratégicas do setor energético internacional e por mudanças altamente significativas no âmbito da estrutura sócio-tecnológico-produtiva, chegando ainda as profundas transformações registradas no contexto da matriz técnico-energético e produtiva, com a entrada em cena de novas fontes energéticas, os biocombustíveis, por exemplo.

Vale ressaltar a conservação e a racionalização do uso da energia e de uma maior penetração de energéticos já conhecidos, em razão do seu menor impacto sobre o meio ambiente e das suas próprias características, da sua maior eficiência relativa e pelo fato de se constituírem em vetores de sofisticação tecnológica de produtos/processos face à estrutura fabril/industrial (o gás natural).

Deve-se considerar a emergência dos Novos Países Industrializados (NPI's) do Extremo Oriente e a ascensão chinesa das últimas décadas, conduzindo a significativos rearranjos quanto à configuração geopolítica, geo-estratégica e geo-econômica. Em consequência, cresce a instabilidade do entorno no qual operam as organizações.

Conforme é observado por Pereira da Costa & Rodrigues (1993, p. 13), isto começa a exigir das organizações (organizações técnico-empresariais) um comportamento mais ágil, competitivo e extremamente versátil/flexível, o que conduz a novos e mais eficientes modelos de organização e gestão, quer a nível da sua base técnico-produtiva e industrial, quer no âmbito da sua estrutura distributivo-mercadológica, como ainda em termos de suas normas, procedimentos e cultura organizacional.

ORGANIZAÇÃO TÉCNICO-EMPRESARIAL

Para Pereira da Costa & Rodrigues (1993, p. 13), as organizações técnico-empresariais encontram no planeamento estratégico uma ferramenta flexível de extrema importância no que diz respeito à sua orientação e definição de rumos, possibilitando-lhes a identificação dos seus pontos fracos e fortes, bem como das oportunidades que se lhes apresentam.

Contudo, cabe registrar que as organizações técnico-empresariais, com destaque para as de elevado nível de incorporação tecnológica e ampla base fabril/industrial, terão como grande desafio a emergência de um novo modelo/estilo de desenvolvimento, a saber: o Desenvolvimento Sustentável.

Este novo modelo/estilo de desenvolvimento irá implicar numa série de inúmeras e profundas transformações no relacionamento das organizações técnico-empresariais com a natureza, assim como face ao meio envolvente, com fortíssimas implicações relativamente à cadeia relacional «energia-meio ambiente-sociedade», uma vez que os modelos/estilos de desenvolvimento tenderão a ser cada vez mais autosustentáveis e, portanto, relativamente mais harmônicos com o ecossistema, no qual se inserirão as organizações técnico-empresariais.

Este aspecto trará alterações substanciais a nível da gestão das organizações técnico-empresariais, que passam a ter na Qualidade (Gestão da Qualidade) um instrumento chave de dinamização/interação, particularmente no caso da Qualidade Ambiental (Gestão da Qualidade Ambiental) ou melhor, da Qualidade Energético-Ambiental.

A organização técnico-empresarial deve buscar a Qualidade Total e a excelência como forma de inserção no meio ambiente, notadamente no que se refere à componente energética, quer em termos ambientais quer a nível da eficiência (viabilizada pela interação energia-tecnologia) quer ainda no contexto sócio-político-institucional.

Para além disso, na sua busca pela Qualidade Total, a organização técnico-empresarial deve considerar o paradigma energético-tecnológico-produtivo existente, bem como a transição do mesmo. Nesse sentido, ganha relevância a consideração e discussão dos aspectos que irão aqui se abordar.

Antes de mais nada, cabe apresentar o enfoque de Chiavenato (1992, pp. 197 – 200), o qual relaciona a Qualidade com a produtividade. De acordo com essa concepção, o incremento da produtividade (fazer mais e melhor com um dispêndio cada vez menor de recursos) é fundamental para a sobrevivência da organização técnico-empresarial, notadamente numa ambiência altamente instável e de elevada volatilidade, vindo o mesmo a se constituir em vantagem estratégica para aquela.

Conforme é apontado por essa abordagem, a produtividade encontra-se fortemente relacionada com a eficiência (quociente produção/recursos aplicados), podendo o programa de produtividade de uma organização técnico-empresarial valer-se do conceito (dotado de maior abrangência) de efetividade, que vai relacionar os recursos inicialmente aplicados com os resultados efetivamente alcançados.

Para Chiavenato (1992, pp. 201 e 202), a Qualidade encontra-se intimamente relacionada com a produtividade e ambas possibilitam a competitividade da organização técnico-empresarial.

O conceito de Qualidade implica na conformidade/adequação relativamente ao que o cliente/usuário espera, daí advindo uma mobilização interna (organizada e sistemática) e alcançá-la vai depender de uma série de aspectos para além do investimento em ativos fixos ou da aquisição de determinados itens (máquinas, equipamentos, tecnologias, etc.), principalmente dos ligados à cultura organizacional.

A Qualidade não se restringe à produção/fabricação, antes direcionando-se a todas as áreas da organização técnico-empresarial, isto é, deve ser introduzida na própria dinâmica organizacional (ou empresarial/organizacional), no contexto de uma sociedade complexa e de um ambiente heterogêneo.

Cabe assinalar que o conceito de Qualidade (enquanto Qualidade Total) foi importado da área produtivo-industrial, alargando-se, mais tarde, ao segmento de serviços.

A proposta aqui apresentada direciona-se a um mais amplo alargamento desse conceito para o de Qualidade Total da organização técnico-empresarial, isto é, considerando-se a transição do paradigma energético-tecnológico-organizacional, a problemática ambiental e as profundas mudanças que já começam a ocorrer a nível da própria configuração geopolítica mundial, com a entrada em cena dos denominados países (ou economias) emergentes, fato que parece conduzir ao surgimento de uma nova ordem mundial.

De forma mais direta, registra-se que as novas hegemonias (mundiais, regionais e subregionais) representariam a transição da atual ordem unipolar para uma ordem multipolar, o que acentuaria o nível de complexidade do entorno no qual se insere e atua a organização técnico-empresarial, fazendo com que a mesma busque definir novos instrumentos e metodologias de ação, o que conduziria à ampliação do conceito de Qualidade Total.

Desse modo, o mercado da qualidade para as organizações técnico-empresariais incorporará esse novo e ampliado conceito, vindo a se constituir, de forma simultânea, em ameaça, oportunidade e elemento de orientação à trajetória das organizações empresariais ao longo do presente século.

QUALIDADE TOTAL

Com relação ao mercado da qualidade, cabe registrar que num mundo cuja configuração é cada vez mais complexa e dinâmica, o que implica na ocorrência de múltiplas e diversas interações, os níveis exigidos de competitividade são cada vez maiores e as exigências e pressões sobre as organizações técnico-empresariais mostram uma intensidade crescente.

Em razão disso, a Qualidade/Qualidade Total (Gestão da Qualidade Total) tende a assumir um papel fulcral na vida das organizações técnico-empresariais, passando a ser a base do seu processo de gestão (sistema integrado de gestão).

O conhecimento e o ferramental afeto à Qualidade passarão a ser adotados nos mais diversos tipos de organizações.

Pode-se arriscar a afirmar que a Qualidade permeará, de tal forma, a gestão das organizações técnico-empresariais, que os conceitos de Qualidade (Qualidade Total) e de gestão tenderão a se confundir (Gestão da Qualidade Total), podendo-se mesmo chegar ao ponto em que só a Qualidade viabilizará o processo de gestão das organizações técnico-empresariais, uma vez vir a ser o requisito básico para criação e reforço da competitividade organizacional.

Com o acirrar da concorrência, num contexto de fortes mudanças e grandes alterações, marcadas pela questão energético-ambiental, pelos avanços tecnológicos, pela emergência das novas economias e pela redefinição das hegemonias a nível mundial, as organizações técnico-empresariais defrontam-se com um cenário de enorme complexidade, com um elevado nível de instabilidade e um forte impacto concorrencial.

Para tal, as organizações técnico-empresariais têm na Qualidade (Gestão da Qualidade) não apenas um diferencial competitivo, mas antes o elemento fundamental para a sua sustentabilidade e competitividade.

Em outras palavras, a Qualidade orientará cada vez mais a configuração estratégica e o processo de gestão das organizações técnico-empresariais (Sistema de Gestão da Qualidade), de modo a atuar como instrumento de orientação da mesma.

A Qualidade, enquanto referencial de mercado, permite às organizações técnico-empresariais verem aumentados os seus níveis de eficiência e, através da certificação, normatizar métodos e procedimentos, assegurando-lhes, portanto, uma maior competitividade e um melhor desempenho de mercado, num ambiente cada vez mais mutante e instável.

De fato, numa perspectiva ampla e interativa, poder-se-ia considerar a Qualidade (Qualidade Total) como base de sustentação do próprio processo de gestão das organizações técnico-empresariais, interagindo as duas de uma forma intensa, dinâmica, sinérgica e virtuosa, de modo a que venham a integrar-se num só conceito (Gestão da Qualidade Total).

A Qualidade será o instrumento fundamental para que as organizações técnico-empresariais ultrapassem às várias vicissitudes (econômicas, financeiras, político-institucionais, concorrenciais, geopolíticas, etc.) afetas à envolvimento altamente instável e volátil até que se defina um novo modelo de regulação ou uma nova configuração em termos de paradigma.

Portanto, se ao conceito de Qualidade (Gestão da Qualidade Total) acoplar-se a problemática energético-ambiental, ter-se-á o conceito de Qualidade Energético-Ambiental (Gestão da Qualidade Energético-Ambiental), que deverá passar a guiar a gestão das organizações técnico-empresariais no âmbito do Desenvolvimento Sustentável.

A incorporação da Qualidade Energético-Ambiental no âmbito do processo de gestão das organizações técnico-empresariais ocorreria como consequência lógica de toda uma série de eventos que marcam a transição entre o modelo energívoro surgido com a Primeira Revolução Industrial, que se estabeleceu como dominante após a Segunda Guerra Mundial (modelo petro-energívoro).

E, o novo paradigma de desenvolvimento, que teria no relacionamento entre o arcabouço energético-tecnológico-produtivo e a componente meio ambiental a sua base de sustentação, viabilização e indução (PEREIRA DA COSTA & RODRIGUES, s/data, pp. 1 e 2).

Tal aspecto implicaria na assunção, por parte do tecido técnico-organizacional-empresarial, de práticas produtivo-mercadoológicas menos vorazes do ponto de vista energético, menos pródigas relativamente á utilização da base de recursos naturais e com um menor grau de agressividade sobre os ecossistemas.

Isto, por seu lado, implicaria num significativo avanço no que se refere à sistemática de atuação das organizações técnico-empresariais, moldando-lhes uma nova forma de relacionamento/interação com a energia e o meio ambiente, acarretando em fortes implicações a nível do arcabouço filosófico-conceitual sobre o qual se apoia a Teoria Geral das Organizações, assim como suas variantes e linhas de especialização/aprofundamento.

PLANO ESTRATÉGICO

Com relação ao planejamento estratégico e tomando como base o que é assinalado por Porto (1998, pp. 22 – 27), cabe observar que este, tendo como ferramenta central o Plano Estratégico, encontra-se presente nas modernas metodologias direcionadas a dar suporte à busca e alcance de uma vantagem competitiva favorável.

Esta, por seu lado, irá resultar de um profundo conhecimento dos fatores internos e externos que atuam sobre a organização técnico-empresarial (tendências do ambiente, atratividade do ambiente, principais competidores, etc.), indicando as ameaças e oportunidades que devem ser consideradas, bem como as deficiências ou fraquezas que devem ser corrigidas ou mesmo eliminadas.

Desse modo, o Plano Estratégico não pode, de modo algum, ser tido como uma ferramenta passiva ou reativa, mas antes como um instrumento gerencial ativo (ou proativo), que promova a adaptação contínua e ativa da organização técnico-empresarial face a uma envolvente em constante mutação.

Por outro lado, o Plano Estratégico deve reconhecer os diferentes papéis assumidos pela organização técnico-empresarial (nível corporativo, nível de negócios e nível funcional) integrando, de forma harmoniosa, os esforços resultantes da interação entre os diversos níveis organizacionais.

Assim sendo, o planejamento estratégico, enquanto método de gestão, apresenta uma agenda de questões ampla e variada, com destaque para as seguintes: lidar com a complexidade, trabalhar com a incerteza e fazer as escolhas necessárias.

De modo assertivo, conforme é assinalado por Porto (1998, pp. 27 – 32), com o maior nível de complexidade e incerteza do ambiente externo às organizações técnico-empresariais (a partir dos anos 60/70), fruto das enormes e aceleradas mudanças ocorridas desde então, principalmente a nível da complexidade tecnológica, da competitividade, dos sistemas de regulamentação e dos níveis e formas de regulação, passa a ganhar cada vez maior relevância a análise da ambiência externa.

Com as profundas e frenéticas transformações ocorridas a nível do seu ambiente externo, as organizações técnico-empresariais de grande porte passam a adotar configurações organizacionais e modelos gerenciais sofisticados, diversificados e descentralizados, o que as faz ir em busca de um tratamento mais apurado com relação à sua envolvimento externa, de modo a responder aos desafios apresentados pela mesma.

É assim que o planejamento estratégico, ao contrário do que afirma uma certa literatura afeta à gestão e à estratégia, ganha relevo como instrumento adequado ao centramento das organizações técnico-empresariais no âmbito de um ambiente mais conturbado e com níveis muitíssimo mais elevados de instabilidade.

Era este um dos desafios centrais colocados às organizações técnico-empresariais e foi a ele que o planejamento estratégico procurou apresentar respostas e soluções. Na realidade, no que diz respeito às organizações técnico-empresariais que atuam em ambientes turbulentos e frequentemente descontínuos, cabe registrar que o Plano Estratégico vem a se constituir em elemento fundamental, passando a atuar como uma espécie de guia de longo curso para a construção do futuro desejado.

Desse modo, o planejamento estratégico, tendo como instrumento orientador e diretor o Plano Estratégico, avança e viabiliza o processo de mudança das organizações técnico-empresariais, constituindo-se na essência da auto-sustentação estratégica das mesmas.

O Plano Estratégico, na verdade, constitui-se em referência básica para uma organização técnico-empresarial, de modo que esta possa assegurar sua continuidade vital e, simultaneamente, adaptar-se à acirrada mutabilidade do ambiente, de modo a alcançar o desempenho sustentável a longo prazo.

Portanto, a estratégia, principalmente no que diz respeito ao planejamento estratégico, constitui-se em elemento básico na busca pela Qualidade Total na organização técnico-empresarial, uma vez que atua no sentido de suavizar os fortes impactos emanados de um entorno cada vez mais complexo e com elevados níveis de volatilidade, assegurando-lhe a necessária competitividade para operar, com sucesso, num meio cada vez mais concorrencial e instável.

A estratégia, concretizada através do planejamento estratégico, constitui-se em importante mais valia para a organização técnico-empresarial, de modo a atuar como elemento incrementador da Qualidade Total (através da conquista de uma vantagem competitiva sustentável).

Por sua vez, o planejamento estratégico, longe de ultrapassado, atua como elemento norteador para que a organização técnico-empresarial implemente a estratégia, obtenha uma vantagem competitiva sustentável e alcance a Qualidade Total.

Por outro lado, cabe observar que o planejamento estratégico não se limita à esfera técnico-organizacional, estando também presente no contexto técnico-governativo-planificador.

Na verdade, de acordo com o que é registrado por Pereira da Costa & Rodrigues (s/data, pp. 2 e 3), o paradigma energívoro começou a ser questionado já nos anos 70 do século XX, e o delineamento da proposta de um novo modelo/estilo de desenvolvimento, qual seja, o Desenvolvimento Sustentável, conduz à edificação de um padrão que concilie crescimento econômico, respeito aos ecossistemas locais e à qualidade de vida das populações, valorizando os processos de desenvolvimento regional/local e um processo de urbanização mais equilibrado/harmonioso.

Portanto, é neste contexto, marcado pela transição do paradigma energívoro para um novo modelo/estilo de desenvolvimento, que ganha força o gerenciamento estratégico da questão energético-ambiental, partindo-se da constatação de que é impossível deixar de considerar o estreito relacionamento existente entre a questão energética e a problemática ambiental, assim como entre estas e toda a discussão a envolver a definição do padrão/estilo de desenvolvimento a ser adotado por um determinado país e/ou estrutura social.

A partir daqui, assumindo a questão energético-ambiental como elemento básico a nível da reflexão/ação das organizações técnico-empresariais e no campo das políticas públicas, considera-se ser a mesma fundamental quer a nível do sistema de planejamento estratégico das estruturas técnico-organizacionais, quer no que diz respeito à componente público-governativo-planificatória.

Assim sendo, o atual momento representa uma fase de transição a nível da mudança de paradigmas (do paradigma dos combustíveis fósseis para o paradigma das energias renováveis), com a emergência da preocupação face as emissões de CO₂ constituindo-se na face mais visível dessa transformação.

Portanto, os delineamentos estratégico-planificadores, quer em termos das organizações técnico-empresariais, quer relativamente às estruturas público-governativas, assumem um papel primordial na gestão da transição em termos do paradigma energético (ou melhor, energético-ambiental).

Com isto, assume uma relevância cada vez maior a Gestão da Qualidade Ambiental/Gestão da Qualidade Energético-Ambiental (derivada do conceito técnico-produtivo de Gestão da Qualidade), que se deve constituir em instrumento estratégico básico, quer a nível da transição de paradigma, quer na consolidação de um novo paradigma.

Assim, quer a nível das organizações técnico-empresariais, quer em termos dos países/economias, a Gestão da Qualidade Ambiental/Gestão da Qualidade Energético-Ambiental apresenta-se como instrumento estratégico básico, tendo no gerenciamento da matriz energético-tecnológico-produtiva o seu ponto de sustentação.

Logo, a Gestão da Qualidade Ambiental/Gestão da Qualidade Energético-Ambiental surgiria como elemento básico na viabilização de uma maior racionalidade/eficiência dos sistemas energético-produtivos, devendo-se ter em linha de conta a questão da incorporação das inovações tecnológicas como aspecto crucial com relação à minimização/redução dos impactos sobre o meio ambiente, assim como o estudo aprofundado/crítico do consumo final de energia e a análise/gestão cuidadosa da matriz energética (PEREIRA DA COSTA & RODRIGUES, s/data, p. 3).

No entanto, a se considerar a questão da Gestão da Qualidade Ambiental/Gestão da Qualidade Energético-Ambiental, deve-se ter em mente que, conforme afirmam Pereira da costa & rodrigues, s/data, p. 6), a elaboração/implementação de projetos/iniciativas a ela afetos não pode ser compreendida se a mesma não estiver articulada a uma esfera mais ampla, ou seja, às políticas públicas (econômica, energética, ambiental, industrial, tecnológica, etc.).

Estas, por seu lado, só ganham sentido se consideradas de forma sistêmico-integradas, a nível nacional (a interagir com esfera regional/local), de forma sistematizada/orientada, no âmbito do planejamento estratégico nacional, que surge como instrumento político-metodológico no bojo da esfera técnico-público-planificadora.

O planejamento estratégico nacional não é, decididamente, igual á soma de todos os “planejamentos” (ambiental, territorial, energético, industrial, tecnológico, etc.) setoriais, antes se apresentando como elemento integrador e interativo de todas as iniciativas político-governativo-planificadoras direcionadas às diversas componentes da política pública.

Partindo-se do princípio que o modelo de desenvolvimento que se deseja promover é o Desenvolvimento Sustentável, poder-se-ia, antes de mais nada, ver definida a Estratégia Nacional, no cerne da qual se configuraria a Política Nacional de Desenvolvimento, a qual, por sua vez, integraria, de forma sistêmica, todas as esferas da política pública (ambiental, territorial, energética, industrial, tecnológica, demográfica, etc.) de modo a integrá-las e interagi-las umas com as outras. Ter-se-ia, portanto, um Sistema Integrado de Planejamento Estratégico.

Este último, por seu lado, viabilizaria o planejamento estratégico de um país, o qual, por sua vez, ultrapassaria a mera consolidação de políticas públicas ou de iniciativas público-governativo e planejamento (políticas, planos e programas), superando a limitação setorialista da ação governamental-planejadora.

O norteamento do planejamento estratégico é a busca da interação a nível das políticas públicas e das iniciativas de cunho público-planificador, de modo a obter as sinergias necessárias à promoção do desenvolvimento (abordagem estratégica do desenvolvimento).

É, portanto nesta perspectiva que deve ser entendido o planejamento ambiental e no âmbito deste a Gestão da Qualidade Ambiental/Gestão da Qualidade Energético-Ambiental.

Portanto, como todo o bem inserido na categoria de bem público, o meio ambiente, assim como os aspectos/questões que envolve e que com ele interagem, não se restringe ao mercado, antes se mostrando através do processo político, o que implica na ação de inúmeros agentes, na existência de processos de negociação e na intervenção do Estado.

Desta forma, compõe-se todo um contexto que conduzirá à idéia de que, de um modo geral, uma combinação adequada de bens públicos posta à disposição de uma determinada área/população irá existir em razão de um eficiente processo político de representação/negociação, no qual se tenha o meio ambiente preservado/recuperado como bem público (CÁNEPA, 1992, pp. 55 – 62)

VETOR ESTRATÉGICO DE QUALIDADE

A Gestão da Qualidade Ambiental/Gestão da Qualidade Energético-Ambiental constitui-se, conforme assinalam Pereira da Costa & Rodrigues (1993, pp. 13 e 14), no instrumento indutor do gerenciamento energético, isto é, buscar se administrar, de forma estratégica, as formas e o ritmo de penetração de um determinado energético, assim como suas modalidades de utilização, de modo a lhe identificar os principais segmentos de consumo e o seu peso no contexto da matriz energética. Além disso, deve-se considerar o seu potencial de expansão a nível da estrutura técnico-produtiva, procurando, assim, obter uma maior racionalização quando da introdução de tal energético no seio da base técnico-energético-produtiva de um determinado país/economia, ou mesmo de uma organização técnico-produtiva.

Tal processo implica na otimização do recurso energético em questão, o que se relacionaria à eficiência dos processos produtivos, à sofisticação dos equipamentos de uso final (questão intimamente ligada à inovação tecnológica), bem como à capacitação/difusão face a tecnologias novas e dotadas de maior eficiência e de uma configuração mais eficiente ao longo da cadeia técnico-energético-produtiva.

Isto traria como resultado a obtenção de produtos finais mais refinados, de melhor qualidade e de maior valor agregado, uma significativa redução no nível de agressão do meio ambiente e uma substancial atenuação nas dimensões dos impactos de ordem diversa acarretados pelo funcionamento dos sistemas técnico-produtivos.

O gerenciamento energético, portanto, constitui-se em vetor estratégico para a Gestão da Qualidade Ambiental/Gestão da Qualidade Energético-Ambiental.

O gerenciamento energético, enquanto ferramenta básica da Gestão da Qualidade Ambiental/Gestão da Qualidade Energético-Ambiental, pode tomar como sustentáculo uma mais intensa penetração, no âmbito da estrutura técnico-produtiva e do alicerce fabril, de um determinado energético, o qual, em razão de suas particularidades, qualidades e vantagens relativas atenda aos requisitos de eficiência e qualidade.

Assim sendo, o energético a fazer a ligação entre o gerenciamento energético e a Gestão da Qualidade Ambiental/Gestão da Qualidade Energético-Ambiental é o gás natural, por exemplo.

O gás natural apresenta-se como o energético capaz de fazer esta ponte, em razão de aspectos que lhe são intrínsecos, quais sejam: eficiência em termos dos usos finais, eficiência em termos dos processos produtivos e uma emissão de gases/substâncias poluentes relativamente baixa.

O gás natural apresenta um grande potencial quanto à indução de inovações tecnológicas e à promoção de processos de inovação e difusão de tecnologias energético-produtivas e de uso final como um todo.

Por outro lado, enquanto combustível automotivo, o gás natural, para além de colaborar para a diversificação da gama de energéticos destinados a esse fim, atua também a nível da redução das partículas poluentes nos centros urbanos.

O gás natural, embora sendo um combustível fóssil, apresenta-se como uma fonte energética relativamente menos poluente, de grande versatilidade relativamente à novos modos de produção que venham a se alicerçar na qualidade dos produtos elaborados e relativamente menos impactante face aos energéticos convencionais de base fóssil.

Contudo, o gás natural apresenta também os seus aspectos impactantes face ao meio ambiente, quer em termos de utilização, quer também com relação a derramamentos/vazamentos no circuito de distribuição. Assim sendo, a Gestão da Qualidade Ambiental deve vir a se constituir em instrumento estratégico na promoção/viabilização do gerenciamento da matriz energético-tecnológico-produtiva durante a transição de paradigmas.

O gás natural é um combustível fóssil, mas relativamente menos poluente. Em razão disso e de suas características intrínsecas, a saber: energético modernizador de tecnologias/processos e elemento importante a nível da inovação/capacitação tecnológica, assume um papel extremamente importante na fase de transição que ora se vive numa sociedade em mudanças profundas em grande parte devido ao progresso da ciência e tecnologia.

O gás natural deve ser visto como elemento básico da transição para o novo paradigma de energéticos menos poluentes, de a nível dos sistemas orgânico-técnico-produtivos e de suporte ao gerenciamento estratégico, que irá interagir, de forma sinérgica, com a Gestão Ambiental/Qualidade Total, ou seja, com a Gestão da Qualidade Ambiental/Gestão da Qualidade Energético-Ambiental.

Vale ressaltar, que o gás natural tem sido um importante energético como indutor de desenvolvimento regional e melhoria da qualidade vida em aglomerações urbanas. Esse energético pode ser um dos elementos fundamentais da transição para um sociedade mais sustentável futura com maior uso de fontes de energias renováveis e mais limpas (RODRIGUES, 1995).

Isto mostra-se válido para todo e qualquer tipo de organização, inclusive sobre as que atuam no setor energético e cujo relacionamento com as questões de índole ambiental, com os diversos segmentos da política pública e com a sociedade como um todo, faz com que elas assumam uma maior responsabilidade quanto à implementação de mudanças de cunho tecnológico, organizacional, gerencial e estratégico, motivando as organizações técnico-empresariais a modificar os seus padrões de cultura, as suas formas de ação, a sua estrutura organizacional-gerencial, a sua base técnico-produtiva e, principalmente, a sua metodologia de planejamento (ALMEIDA PRADO JR. E MARIOTONI, 1993, pp. 277 e 278).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações técnico-empresariais devem passar a adotar um novo estilo de planejamento estratégico, dotado de maior flexibilidade e arquitetado de forma a confrontar-se com um enorme/diverso conjunto de situações, com as combinações das mesmas ou com a superposição de aspectos típicos de um entorno extremamente dinâmico e com um elevado nível de volatilidade.

Assim, um dos principais aspectos a se impor à estratégia sistêmico-produto-mercado das organizações técnico-empresariais é a transição de paradigmas e a Gestão da Qualidade Ambiental/Gestão da Qualidade Energético-Ambiental por ela exigida.

Incorporar esses aspectos ao sistema de planejamento estratégico das organizações técnico-empresariais significa considerá-la como ponto de sustentação, com forte impacto a nível da gestão dos sistemas de produção, do arcabouço mecânico-técnico-produto, da componente tecnológica, da concepção do processo produtivo, da qualidade dos produtos e do próprio grau de sofisticação dos processos e equipamentos utilizados.

O gerenciamento energético enquanto elemento viabilizador da Gestão da Qualidade Ambiental/Gestão da Qualidade Energético-Ambiental pode valer-se de uma série de instrumentos, a saber: conservação e racionalização de energia, otimização energético-produtiva do já existente de máquinas e equipamentos, introdução de novas e mais eficientes tecnologias de produção, crescimento dos níveis de produtividade, modificações de fundo face ao escopo equipo-mecânico-produtivo, alterações significativas na esfera do aparelho técnico-mecânico-energético, transformações de vulto quanto ao escopo técnico-mecânico-fabril, entrada de novas técnicas de organização e gestão da produção, etc.

Todo esse conjunto de medidas, adotado quer parcialmente, quer em bloco, pode possibilitar a obtenção de ganhos significativos a nível energético-tecnológico, com impactos bastante positivos sobre o meio ambiente.

Contudo, o impacto dessas iniciativas deverá ser em muito potencializado com a conversão do gás natural enquanto energético da transição, enquanto se espera um nova sociedade sustentável pós-crise financeira e econômica mundial da primeira década do século XXI, fortemente vinculada ao uso de tecnologias de maior eficiência energética e de energias alternativas aos combustíveis fósseis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA PRADO JR., F. A. & MARIOTONI, C. A. (1993): Considerações sobre o Planejamento Estratégico de Empresas Energéticas e as Teorias de Competição. Anais do VI Congresso Brasileiro de Energia (VI CBE) e do I Seminário Latino Americano de Energia – Energia para o Desenvolvimento Sustentável. Volume I. UFRJ, Clube de Engenharia, FCC/UFRJ. Rio de Janeiro, 18 a 22 de Outubro, 312 pp., pp. 277-280.

CÁNEPA, E. (1991): «A problemática ambiental e a função do estado numa economia mista moderna». Ensaio FEE. Volume 11. Número 2. FEE. Porto Alegre, pp. 53 – 79.

CHIAVENATO, I. (1992): Gerenciando Pessoas: O Passo Decisivo para a Administração Participativa. São Paulo. Makron Books.

PEREIRA DA COSTA, F. J. & RODRIGUES, M. G. (1993): Gestão Ambiental como Instrumento de Gerenciamento Energético. Comunicação apresentada no II Encontro sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. São Paulo. FEA/USP, 06 a 07 de Dezembro.

PEREIRA DA COSTA, F. J. & RODRIGUES, M. G. (s/data): Uma Abordagem Conceitual do Papel da Gestão Empresarial face à Qualidade Total e ao Meio ambiente, mimeo.

PORTO, C. (1998): «Uma introdução ao planejamento estratégico». Boletim Técnico do SENAC, v. 19, n. 2, pp. 22 – 33. Maio – Agosto. Rio de Janeiro.

RODRIGUES, M. G. (1995): Um Estudo sobre a Expansão do Uso do Gás Natural no Brasil num Contexto de Integração Regional. Campinas, Unicamp. (tese de doutorado, <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000106041>)



www.saojose.br | (21) 3107-8600
Av. Santa Cruz, 580 - Realengo - Rio de Janeiro